

A PERSPECTIVA DA LUSOFONIA*

Maria Luiza de Carvalho Armando

RESUMO: *Selon l'auteur, on doit susciter chez les lusophones la "conscience de la lusophonie", sans laquelle l'univers constitué par les communautés de langue portugaise, que des affinités historiques et culturelles unissent, ne réussira pas son intégration. Celle-ci d'ailleurs ne se fera que si l'on préserve la diversité qui caractérise cet univers. Dans la création de cette conscience, un rôle fondamental est attribué, et à la mise en valeur de la langue portugaise en tant que langue de culture, et à l'enseignement (donc, à l'établissement d'une politique interne de la langue dans chaque pays lusophone), ainsi qu'au dépassement de la marginalité socio-culturelle à laquelle des millions de lusophones sont condamnés. L'intégration de la lusophonie dépend aussi d'une politique de la langue qui soit commune à tous les pays lusophones. Pour ce faire, il serait souhaitable de créer un organisme supranational qui, comme c'est le cas pour l'espagnol, puisse réduire les risques du fractionnement linguistique. Finalement, l'auteur traite la question des rapports entre le Brésil, le Portugal et les nouveaux pays africains qui, en adoptant la langue portugaise, ont enrichi le panorama de la lusophonie, grâce à l'introduction dans ce panorama de cinq nouvelles variantes linguistiques, de cinq nouvelles littératures nationales et, également, de cinq nouvelles configurations culturelles.*

PALAVRAS-CHAVE: *lusofonia, integração lusofônica, língua portuguesa, culturas de língua portuguesa, literaturas em língua portuguesa, papel do ensino.*

* O presente artigo é uma segunda versão, modificada, da comunicação apresentada ao I Encontro de Professores de Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 1991) e cujo título é "O ensino das literaturas luso-africanas no Brasil: a perspectiva da lusofonia".

Maria Luiza de Carvalho Armando é professora no Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À une langue commune de civilisation, le flottement ne convient pas.

Meillet

Talvez esteja nestas onze singelas palavras a razão por que (...) ainda não tenhamos conseguido projetar (...) as literaturas de língua portuguesa no mundo atual, onde (...) elas teriam a sua palavra que dizer, uma vez transposta a barreira lingüística.

Celso Cunha

Quando, no Brasil como na América Latina em geral, despontou o nacionalismo literário, na vaga do nacionalismo político que acompanhou os processos de independência, o que mais chamou a atenção não foram os temas tratados na literatura, mas a língua em que eram versados, escreve Celso Cunha, que menciona a reação causada por essa entrada do falar brasileiro nas obras literárias, citando Pinheiro Chagas:¹

o defeito que vejo em todos os livros brasileiros (...) é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português (...) Os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a língua de Camões. (Pinheiro Chagas, *apud* CUNHA, 1970, p. 15)

Por seu lado, brasileiros navegaram (talvez alguém ainda navegue) em falsas águas e por rotas equivocadas, ao pretenderem que existia uma língua brasileira.

Endossando a visão de Dámaso Alonso a respeito da questão (Alonso aborda-a, é claro, em relação à língua castelhana), Celso Cunha (1970, p. 16) mostra como coincidiram, nos respectivos erros, os partidários do “jacobinismo literário” e — no pólo oposto — os puristas. A isso voltar-se-á aqui.

Aos estudos lingüísticos de tipo científico, que trouxeram a esse debate a noção de “variante de língua”, deve-se a invalidação, tanto do purismo, quanto do “jacobinismo lingüístico” (o qual, nos dias atuais, só pode ser visto como resquício de um “complexo” de colonizado; e esse, afinal, apenas reflete uma mentalidade de colonizador às avessas).

¹ Pinheiro Chagas (1842-1895): romancista histórico, romântico tardio, poeta e historiador português, apadrinhado por Antônio Feliciano de Castilho e envolvido na Questão Coimbrã. V., a respeito da questão, interessante documento (rebate a Pinheiro Chagas) publicado na *Revista Mensal*, do Partenon Literário (RS; fundação: 1868): ALEGRE, Apolinário Porto. José de Alencar - Esboço biográfico. In: ZILBERMAN, R., SILVEIRA, C. C., e BAUMGARTEN, C. A. (org.), *O Partenon Literário - Poesia e prosa* (Antologia). (Col. Caravela, 5), p. 98 a 121 (rebate a Pinheiro Chagas: p. 99 a 101), Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes / Instituto Cultural Português, 1980.

Assim, mesmo em Portugal, já no início dos anos 70, o eminente lingüista Manoel de Paiva Boléu dissolvia com segurança os equívocos anticientíficos que, disseminados num público de congressistas (portugueses, brasileiros e do então Ultramar luso-africano), desdenhavam do Português do Brasil e do da África.²

E, em contrapartida, surgiam no Brasil figuras também eminentes, como o citado Celso Cunha e Antônio Houaiss, que — pela admissão das diversas variantes do português, tanto quanto pelo reconhecimento de que “língua e história representam, em síntese, um passado comum, uma fonte comum de vida, de pensamento, de sentimento, de — em uma palavra — cultura” (CUNHA, 1970, p. 18, nota 17) — tornaram-se, salvo erro, os introdutores, no Brasil, do conceito em questão: o de “lusofonia” (conceito, mais do que lingüístico, cultural, na acepção em que é usado aqui).

De fato, a língua é propriedade de todos os que a falam e — como nota o Autor citado (*op. cit.*, p. 48) — é inseparável da História de seus falantes (assim como a História é “propriedade” dos que a vivem, fazem ou sofrem...) A velha filologia, à maneira do mestre Serafim da Silva Neto e outros, acreditava nessa indissociabilidade entre língua, cultura e história. E é de lamentar que os atuais estudos lingüísticos se hajam “tecnicizado” ao ponto de esquecerem isso.

O conceito de “lusofonia” implica o reconhecimento, primeiramente, de que são muitos os grupos humanos “proprietários” da língua portuguesa. Portanto, é aspecto inerente a esse conceito a noção de diversidade cultural. Essa, no caso — como se sabe — resulta de uma transplantação cultural e lingüística. Mas, por isso mesmo, é inerente ao conceito em causa a noção de unidade, unidade essa resultante de origens comuns e de sua atualização permanente, devida à transformação propiciada pela inserção em novos contextos (transculturação). A diversidade é, pois, condição de sobrevivência e enriquecimento da unidade, que tem por base privilegiada a expressão em uma mesma língua.

Por isso, a “consciência da lusofonia”, como já afirmamos alhures, é muito mais do que o simples reconhecimento de uma comunidade lingüística: é o reconhecimento da existência de um mundo de língua portuguesa que é igualmente um mundo de culturas unificadas por traços comuns, apesar de sua grande diversidade, que as variantes lingüísticas refletem e expressam. Mundo, portanto, de literaturas até certo ponto afins, na diversidade com que expressam a própria diversidade cultural, tal como as variantes da língua o fazem. À consciência dessa “lusitanidade” (que só um “complexo colonial”, deslocado nos

² I Encontro dos Professores do Ensino Superior e Secundário de Língua e Literatura Portuguesas (Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Coimbra, Portugal, 1970.

dias atuais, confundiria com “portugalidade” e, por isso mesmo rejeitaria) é, para o Brasil, o complemento da consciência da “latino-americanidade”, que lhe é da mesma forma necessária; tal como no caso da Luso-África, a consciência da “lusitanidade” se apresenta como necessário complemento da “africanidade”. De certa maneira, isso corresponde ao reconhecimento de que o mundo não acaba “ali na esquina”. (ARMANDO, 1988, p. 7).

As últimas décadas acrescentaram à retificação das posições portuguesas ante a questão da língua e ao retrocesso do “jacobinismo lingüístico” brasileiro um fato de importância supina: a oficialização de um terceiro grupo de lusofonia, conseqüente à adoção do português como língua oficial (e veicular em alguns casos) pelos novos países luso-africanos.

Conhecendo-se a realidade lingüística (que é também cultural) desses países, deve-se concordar com Celso Cunha (1981, p. 86) em que o português na África — como, de resto, em outros pontos dispersos do planeta — só pode aspirar ao estatuto de segunda língua, pois não é o vernáculo da maioria.³ Deve-se considerar, porém: primeiro, que, como língua de comunicação interna, merece uma especial atenção dos responsáveis pelo ensino, nesses países; e a difusão da língua portuguesa através do ensino formal tende a aumentar a base interna da lusofonia; segundo, que, com tal decisão, o português se tornou também, como observa Cunha, “a língua veicular, de comunicação, dessas nações com um mundo maior, que nos absorve a todos, inclusive Portugal e Brasil.” (CUNHA, 1970, p. 86).

A relevância dessa decisão dos países luso-africanos para todo o conjunto da lusofonia é, portanto, indiscutível; e, sob vários pontos de vista, ela é exemplar. Para além da pertinência política que tem no que respeita à unidade interna desses países, bem como à sua inserção na comunidade internacional, ela expressa a grande lucidez dos seus dirigentes no momento da independência: primeiro, quanto ao reconhecimento de que, por mais detestável que seja, o fato colonial é irreversível; e de que é a partir dele, exatamente, que a identidade nacional se constrói, pela integração dos elementos autóctones e exóticos; segundo, que o cultivo das línguas vernáculas — no caso africano, as “línguas nacionais” (também oficiais), maternas para a maioria — bem como o das idiossincrasias culturais próprias, não conflitua necessariamente com o cultivo da lusofonia. Ao contrário: a afirmação aqui do ponto anterior leva a concluir que um e outro são complementares.

Tal decisão dos países luso-africanos tem ainda outra conseqüência: ela transforma os falares lusitanos da África em “variantes” do português, porque lhes dá estatuto nacional: na acepção de Stepanov (*apud* CUNHA, 1981, p. 16-17), as variantes de uma língua — esses “novos objetos sociolingüísticos”, subsistemas de um arqui-sistema — supõem a nação.

³ No que respeita a Angola, nossa experiência confirma plenamente a afirmação do Autor.

Como se percebe, advoga-se aqui a necessidade de se criar uma “consciência da lusofonia”. Assim, deve-se insistir na importância da questão lingüística e na do reconhecimento da unidade — na variedade — que, por um lado, existe de fato, mas, por outro, deve ser promovida. Com efeito, se a variedade é espontânea e se a própria unidade, sob certo ponto de vista (enquanto latente), é parentesco natural, essa, sob outro ponto de vista, resta a fazer-se.

Volta-se com isso a uma questão já levantada aqui: assim como o purismo busca reduzir a totalidade da língua a uma só norma (a da variante original, quase sempre), assim também o jacobinismo pseudo-nacionalista procura reduzi-la a seu “quintal”, ignorando a inserção num contexto global, de que a variante é parte, e a existência de outros núcleos de falantes.

Paradoxalmente, ambos — purismo e jacobinismo —, como lembra Celso Cunha (1970, p. 16), ameaçam a unidade; e ambos, pelo mesmo motivo, embora varie a forma por que o fazem: o purismo, desclassificando os falares originados da língua-mãe como não sendo a língua; o jacobinismo, reduzindo a língua à sua própria variante e revestindo essa de um estatuto de língua diversa.

Ambos, embora presididos por inspiração de base ideológica, são fortemente ajudados — quando não, promovidos — pelo desconhecimento mútuo; que, ao lado dessas questões ideologicamente conotadas, é entrave maior à promoção da unidade.

Ora, a unidade, ainda que exista de fato, não existe, na realidade, se é ignorada, porque, então, não existe como consciência. Dessa forma abre-se o caminho — e é já alarmante a fratura, no caso do português — para a fragmentação.⁴

Hoje, como ontem — mas hoje extraordinariamente acirrada pelas condições do mundo contemporâneo, que facilitam a vitória das línguas relacionadas ao poderio político-econômico (vale lembrar o quase absoluto domínio do inglês no ensino escolar brasileiro) — existe uma “luta glotofônica”, na expressão de Houaiss (1983, p. 23). Nela, o português, na falta de uma “consciência da lusofonia”, arrisca-se à devoração.

Antídoto eficaz contra o perecimento nessa “luta glotofônica” — que também é cultural, sendo também cultural, portanto, o perecimento lingüístico — seria, nesta “era dos blocos”, a formação de um “bloco da lusofonia”. Eis aí todo um vastíssimo e diversificado programa, a que se voltará mais adiante.

⁴ V. HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade - Centro de Cultura/UNESCO1985, p. 32. O Autor diz (p. 33-34, *id.*) que os processos lingüísticos unificadores parecem ter resultado da imposição da língua de um grupo a outros grupos, enquanto que a fragmentação dá-se pela não-comunicação entre os grupos de falantes de uma mesma língua. A promoção voluntária da integração lusofônica, hoje, por parte de povos soberanos, seria, assim, um processo original, na medida em que se unificariam, não línguas e, sim, variantes, por decisão político-cultural, também soberana, fora de qualquer contexto de colonização ou neocolonização.

Mas terá a língua portuguesa, realmente, a importância que aqui se lhe atribui? Haverá, realmente, uma base que, como ponto de partida, permita considerar-se viável um tal programa?

Examine-se um primeiro ponto. Originado num extremo — mínimo — da Europa, tendo-se espalhado, na época colonial, pelos quatro cantos do mundo, na trilha das caravelas, já então o português era falado pelo menos em quatro continentes. É certo que, na época contemporânea, ultimou processos de retração (como na Ásia, onde, já no século XVII, Portugal perdia de seu império para as novas potências, capitalistas modernas, Inglaterra e Holanda). Mas é também certo que, nessa mesma época e por força da sangria imigratória portuguesa, se disseminou, não só por quase todo o Continente Europeu, como, também, pela América do Norte e, mesmo, pela Oceania.

Experimente-se, por exemplo, ser abordado por um indivíduo com todo o aspecto de chinês, que escutou você falar em português num restaurante de uma cidade européia, ouça-o abrir a boca por sua vez e ... pasme: esse indivíduo lhe está falando num perfeito vernáculo! Trata-se de um indochinês de ascendência paterna lusa. Ou experimente-se andar pelas ruas de uma cidade européia e receber um piropo em bom português, de um operário de obras públicas que confundiu você com uma estrangeira. Você retruca em português e, bem entendido, a surpresa é também dele. Essas anedotas são de detalhe e particularizam o espaço; mas elas ilustram a expansão da língua em épocas diferentes (a da expansão colonial e a da imigração moderna); e, além disso, o espaço poderia ser desparticularizado.

Se nos restringirmos às variantes nacionais, é já bem amplo, geograficamente falando, o panorama da lusofonia. Mais amplo ainda será, se não o restringirmos às áreas em que a língua tem base nacional: a área geográfica do português, na verdade, inclui os núcleos de falantes que, espalhados pelo mundo, carecem de suporte nacional. Através desses núcleos, aliás, o português vive fenômenos específicos — alguns dos quais já merecem estudos — que em essência, não são diferentes daqueles resultantes da colonização, já que esses também implicaram na interpenetração ou no choque de culturas.⁵

Há ainda a considerar, numa perspectiva de labialidade, relativamente à língua, os vários crioulos de base portuguesa que, segundo Celso Cunha (CUNHA, 1981, p. 41 e ss), sobrevivem na Ásia, na Oceania,

⁵ Por exemplo, falando embora português, os imigrantes portugueses na França se expressam numa espécie de "dialeto" muito particular que acusa diversos fenômenos de interferência, talvez facilitados pela origem freqüentemente rural desses imigrantes e por seu baixo (ou nenhum: o analfabetismo é corrente) grau de escolaridade. Assim, uma porteira dirá de uma chave que apresenta problemas de funcionamento: "Ela entra, mas não turna." (isto é, não gira; do fr.: "tourner"). Como se pode ver, há aí dois fenômenos: o aportunuesamento do termo francês, submetido, inclusive, ao regime português de flexão verbal, e sua inserção numa construção sintagmática portuguesa ("não turna" / "ne tourne pas").

na América e, como se sabe, na África (crioulos das ilhas do Golfo da Guiné — São Tomé, Príncipe, Ano Bom —; crioulos do Arquipélago do Cabo Verde — de Barlavento, Norte, de Sotavento, Sul —; crioulos continentais: Guiné-Bissau e Casamance, Senegal).

Examine-se um segundo ponto. Vastíssima por sua área geográfica, a lusofonia o é também pelo número de falantes do português, para o qual só o Brasil contribui com aproximadamente cento e cinquenta milhões de usuários. Se às comunidades linguísticas nacionais forem acrescentados os núcleos lusófonos espalhados pelo mundo, estar-se-á diante de um número total ainda não exatamente calculado, mas, sem dúvida, altíssimo. Entre as aproximadamente dez mil línguas existentes no mundo, menos de cem — ensina Houaiss — têm um número de falantes que se conte por milhões; dessas, mais ou menos dez, apenas, têm mais de cem milhões de falantes.⁶ É o caso do português.

Celso Cunha (1981, p. 48) lembra que, nos séculos anteriores ao décimo-oitavo, o crioulo do Oeste Africano (isto é, segundo Valakhoff, citado por Cunha, o "português") foi língua mundial — o que é hoje, como se sabe, o inglês —, servindo como língua veicular das Antilhas à costa da China. Não seria o caso de ambicionarmos tanto, agora; é apenas o de tomarmos consciência da amplitude geográfica e do número de usuários que ainda caracterizam a nossa língua.

Mas a importância do português não reside apenas, nem no número daqueles que o têm como língua vernácula e oficial, ou oficial e veicular, ou, ainda, como língua de origem, nem, tampouco, na vasta área geográfica por onde se espalham.

Examine-se, pois, um terceiro ponto, capital. Como ensina Houaiss reiteradamente, o português não é somente uma "língua natural"; é também uma "língua de cultura".⁷ E, entre as aproximadamente dez mil línguas existentes hoje, menos de cem — ensina o Autor — têm tradição gráfico-literária; dessas, mais ou menos dez, somente, correspondem a culturas e sociedades complexas.⁸ Entre elas, o português.

A "língua natural", que se adquire por automatismos e no próprio meio de origem, convive bem com a "iliteração" e o confinamento horizontal e vertical na base (HOUAISS, 1985, p. 136).⁹ A "língua de

⁶ V., p. ex., HOUAISS, Antônio. *Uma herança de mais de 400 mil palavras*. LEIA, Ano VII, n. 88, p. 39-41.

⁷ Sobre o que o Autor entende por tal, v. HOUAISS, obras citadas.

⁸ HOUAISS (*op. cit.* na nota 4, *ed. cit.*, p. 11) adverte que se trata de quatro a cinco mil línguas no sentido estrito e de dez a doze mil no sentido lato, sendo por volta de quinhentas, apenas, as línguas de cultura e apenas duzentas as de "forte literação". / A referência à riqueza léxica do português deve servir de advertência aos que assistimos ao alarmante empobrecimento do léxico no português brasileiro, que se vai progressivamente transformando num "dialeto" dos mais pobres e restritos.

⁹ O trecho seguinte explica essa afirmação do Autor: "No mundo atual, [a língua de cultura] tem a figura de uma pirâmide inserida noutra pirâmide cujos ápices apontam em sentido contrário; numa delas há, na base, os universos práticos de campanário, que se diversificam pela coloquialidade e dialateralidade oral, enquanto que no seu ápice há a prática teórica da universalidade dos textos

cultura”, ao contrário, relacionando-se à memória e a toda espécie de registros, é indissociável do escrito e do aprendizado formal, que dá acesso ao patrimônio cultural-lingüístico.

É como “língua de cultura” — e, mesmo, como “língua de cultura de ponta” (HOUAISS, *ib.*) — que o português abre a possibilidade de uma convivência consciente entre os vários “segmentos” da lusofonia, permitindo que se pensem como um “bloco” cultural e ajam em conseqüência.

Mas um outro formidável perigo compromete esse possível: a redução do português, “língua de cultura”, a uma simples “língua natural”, processo progressivo e via aberta para a fragmentação acima referida. Tal ameaça prende-se às condições sociais e culturais de milhões de seus falantes, condições que os reduzem a falantes naturais de uma “língua natural”, não lhes dando acesso ao patrimônio representado pela “língua de cultura”. Como exemplo disso, o Brasil já basta. E isso leva a que, ao se enumerarem condições necessárias à formação de uma unidade lusófona, duas surjam, de imediato, como imperativas: uma, a integração efetiva dessas massas de falantes naturais na “língua de cultura”, o que se dará pelo ensino e, também, pela superação da marginalidade social; outra — relacionada à primeira, mas mais ampla do que ela —, a definição de uma política interna da língua.

A simples enunciação dessas duas condições já mostra quão longe estamos — em nosso país, pelo menos — do mínimo necessário à consolidação da lusofonia.

Não há, todavia, como fugir desse imperativo: aquilo que Houaiss chama “política externa intralusofônica” (HOUAISS, 1985, p. 148) depende visceralmente de uma política interna da língua; e, de forma estreita a ela relacionada, de uma política da Educação. É necessário que cada usuário da língua se torne realmente “proprietário” dela; é preciso que cada marginal sócio-cultural tenha acesso a um patrimônio cultural que de fato lhe pertence. Admitir isso não é consolador e, sim, desolador, pela consciência do que resta a fazer. Para se começar a fazê-lo, no entanto, é necessário que se comece por admiti-lo.

Nesse sentido, como em outros, o ensino é um campo privilegiado da intersecção do interno e do externo. Ele deverá, antes de mais, proporcionar o conhecimento e o domínio da norma lingüística particular a cada variante, em seus diferentes níveis.¹⁰ Deverá, também, pela

escritos científicos, lógicos, filosóficos, jurídicos, matemáticos e afins; entre a base e o ápice, há a prática oral ou escrita da expressão artística ou profissional que tende para a base ou tende para o ápice: vai-se (na base) da máxima diversidade tópica específica oral à (no ápice) máxima universalidade genérica escrita.” (*op. cit.* na nota 4, *ed. cit.*, p. 14)

¹⁰ CUNHA (*op. cit.* na nota 3, *ed. cit.*, p. 25) distingue “fato de sistema” e “fato de norma” e (p. 73-74) situa os pontos de vista relativos à variação (logo, ao necessário conhecimento) das normas: o diatópico, o diastrático (culto - média - popular) e o diafásico (poética - prosástica), advogando a convivência de várias normas. O diatópico corresponde à variação de base nacional (variante). O Autor não alude, quanto à norma, às realizações oral e escrita da língua.

coparticipação própria a cada língua de cultura, possibilitar o acesso a outras variantes: convivência, na unidade, de várias normas.

O respeitar-se a diversidade, mas impedindo-se a fragmentação, tem também, portanto, uma vertente interna: tanto do ponto de vista diatópico, quanto do ponto de vista diafásico, a fragmentação é igualmente um risco interno; e a fragmentação interna de cada “segmento” da lusofonia é parte da fragmentação lusofônica global. Soe, muito forte, o alarme!

Se desconhecemos nossa própria norma, se, no interior dessa, são milhões os marginais, se tão difícil é estabelecermos uma política interna da língua, que dizer do estabelecimento de uma política externa a essa relativa, política comum a toda a lusofonia? do estabelecimento de um mínimo comum a todos os seus “segmentos”? do conhecimento mais amplo de seu conjunto, compreendendo o conhecimento mútuo de todos os “segmentos”?...

Pense-se um pouco no que se pode fazer.

O estabelecimento de um mínimo comum de normas lingüísticas é difícil, já que implica fatores extralingüísticos. E, a não ser quanto ao reconhecimento de sua necessidade, foge à alçada dos simples professores (salvo como “grupo de pressão” organizado). Contudo, não é impossível que, eventualmente e de maneira empírica (por ora), até isso possa ser feito.¹¹ Sob esse ponto de vista, outras possibilidades, além dessa eventual e empírica, se apresentam: uma, a apontada: a qualidade do ensino e sua expansão, favorecendo a “língua de cultura”; outra, a pesquisa, seja no interior dos “segmentos” da lusofonia, seja interlusofônica.

Para ficar no plano do lingüístico (que nunca é exclusivamente lingüístico), há ainda outras formas de se começar a obra da unidade.

O contato formal e informal entre as variantes e os “segmentos” da lusofonia é uma delas. E isso também se faz de várias formas.

Mas há que mencionar uma necessidade fundamental, nela insistir e, ao fazê-lo, divulgar uma iniciativa que, parcialmente, lhe vem ao encontro.

Situa-se ela no nível do léxico, que é, como se sabe, um dos campos lingüísticos em que se torna mais evidente a relação entre língua e cultura. Trata-se do dicionário; de um dicionário que reflita, de fato, todo o conjunto da lusofonia; ou, pelo menos, o de suas variantes nacionais. Face à

¹¹ Na Missão Angola/1978 da UNESCO, a Equipe de Português era formada por especialistas “diatópicamente” diversos (pertencentes a normas de diferentes variantes nacionais: portuguesa, brasileira, angolana). Por outro lado, os professores angolanos que constituíam o público discente pertenciam, obviamente, à norma angolana (sendo, em sua maioria, ou bilíngües, ou falantes de português como segunda língua, tendo por materna uma das línguas nacionais). Essa situação postulava um problema complicado: que considerar “erro”? Na falta de estudos sobre a norma angolana, tomou-se a decisão de considerar erro somente o que o fosse em todas as variantes ali representadas. Ainda assim, essa decisão só poderia ser aplicada empiricamente, na falta de estudos interlusofônicos de normas.

importância que tem a elaboração de tal dicionário, os acordos ortográficos — praticamente, a única tentativa que se tem feito em busca da unidade — ganham a dimensão que de fato têm: quase nenhuma.

A notar, uma iniciativa parcial, mas de alta relevância, nesse sentido: há mais de dez anos, a Université de Rennes - II (Université de Haute Bretagne, França), iniciou um trabalho de lexicografia luso-africana, com vistas à elaboração de um dicionário das variantes africanas do português. Todos os professores não africanos de literaturas africanas em língua portuguesa sabem que tremenda falta lhes faz um dicionário desses (não só pelas diferentes acepções adquiridas na África por termos e expressões portuguesas, como, também, pelas contribuições das línguas nacionais africanas incorporadas ao português).

É esse um passo decisivo para o, por ora, ainda quase utópico grande dicionário da lusofonia. Outras iniciativas, de menor porte, devem ser, igualmente, saudadas, como os dicionários contrastivos, ainda que parciais ou restritos.¹²

Cabe recordar, da mesma forma, que a falta de um organismo disciplinador supranacional (aproximativamente, o que é para a língua castelhana a Real Academia espanhola)¹³ favorece a fragmentação do português. A unidade do castelhano, ou espanhol, é, como se sabe, muito maior do que a de nossa língua. E ela se fez (e faz-se) sem que fosse (seja) sufocada a evolução das numerosas variantes castelhanas, como mostram as hispano-americanas, dotadas, inclusive, de riquíssima literatura própria. Note-se que essa unidade se reflete na área editorial (ao mesmo tempo, é favorecida por ela) e na circulação do escrito em todo o campo da hispanofonia: é intensa a comunicação entre as variantes.

Outra razão explica a unidade do castelhano; e mencioná-la é, uma vez mais, aludir à importância da escolaridade e do ensino: ao contrário da portuguesa, a colonização espanhola — embora tão violenta — não foi apenas predatória, não fez apenas o vazio: a Espanha preocupou-se com a implantação de sua cultura nas colônias e a promoveu através de escolas e universidades (essas, surgidas já no século XVI). Acrescente-se a isso o precoce advento da imprensa, no império hispano-americano. E ter-se-á a razão da maior unidade e da menos acentuada diglossia do castelhano, apesar da fragmentação territorial e política do império espanhol na América.

¹² No Brasil, por exemplo: VILLAR, Mauro. *Dicionário contrastivo luso-brasileiro* (apres. de A. Houaiss). Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1989.

¹³ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro / Instituto Nacional do Livro - Ministério da Educação e Cultura, 2. ed. atualizada, 1970, p. 84. Cunha refere-se a um órgão "interuniversitário e supranacional" dos espanhóis e hispano-americanos: a Oficina Internacional de Información y Observación del Español (OFINES, 1963). (Informa ele que, nesse mesmo ano, quando do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, reconheceu-se a importância de se criar organismo semelhante no que respeita ao português.)

No Brasil, a unidade lingüística acompanhou a espantosa unidade territorial (também hoje ameaçada de fragmentação...) E não se sabe que será mais espantoso: se um território onde, de Sul a Norte, o fuso horário varia, se um caboclo do mais solitário braço de rio amazônico falando português (ou, ainda, um encourado do mais agreste sertão nordestino trovando as aventuras dos Doze Pares de França...) Essa unidade, no entanto, vê-se mortalmente ameaçada, como se disse antes, pela permanência, em grande medida, das mesmas condições adversas do período colonial, ampliadas em escala incomensurável pelo multiplicar-se da população.

Ensino, pois; isto é, acesso ao conhecimento. Ensino, portanto, como ensino-aprendizagem, ou seja, processo de um sujeito ativo. E ensino em sua acepção mais vasta: ensino formal, ensino informal (extracurricular, extraclasse, extra-escolar). Porque, na base de tudo, está o desconhecimento; é isso que importa, fundamentalmente e por todos os meios, combater. No que concerne ao conhecimento mútuo dos vários "segmentos" lusofônicos, trata-se de um conhecimento empírico, se possível, mas, em qualquer caso, de um conhecimento erudito.

Variantes lingüísticas, variantes culturais: também essas últimas importa conhecer, com a língua e através da língua, para que se promova a consciência da lusofonia e, em consequência, a unidade.

E a literatura? sendo concomitantemente língua e cultura, a ambas dá acesso.

Na verdade, a matéria literária, como não se ignora, é de duas espécies: é matéria literária a realidade (toda a realidade, como disse García Márquez)¹⁴ e é matéria literária a língua. A primeira é transformada, no processo de criação, mas permanece como matéria naquilo que dele resulta: a criação ficcional (no sentido de "literária") remete a uma realidade. A segunda é utilizada, nesse processo, de uma forma particular, a que se costuma atribuir a denominação "linguagem literária" (chegando-se a falar em "língua literária"); nem por isso deixa de ser a língua. Fenômeno individual (a obra literária), ou conjunto de fenômenos particulares (o conjunto da literatura ou de uma literatura), o literário procede do cultural e o expressa. E, na visão-do-mundo que (seja obra individual, seja conjunto de obras) o literário leva subjacente, reside a expressão da cultura em seu sentido restrito e, também, mais significativo: o de cultura como "representações culturais", isto é, o nível da expressão das auto-representações de uma cultura.

Conhecer uma literatura, pois, é ter acesso a uma determinada realidade, a uma forma específica de vê-la e a uma forma particular de

¹⁴ Em entrevista cujas referências bibliográficas nos faltam no momento.

expressá-la lingüísticamente (sem o que o objeto literário - logo, a realidade ficcional - não existiria).

Ao ensinar e ao aprender matérias relacionadas às literaturas lusofônicas, não se está lidando — na perspectiva adotada aqui — com objetos estéticos desprovidos de contexto (até porque, nessa perspectiva, tal não existe). O conhecimento da cultura (e com isso diz-se também “sociedade” e “história”) é indispensável ao conhecimento da literatura (sendo verdadeira a recíproca, como se viu). Claro, trata-se de uma opção teórica e metodológica; mas se a considera aqui como a mais adequada — embora não exclusiva —; em especial, no caso presente.

Outro aspecto da questão é o conhecimento da língua, pois pode-se afirmar sem medo que quem não domina a língua não aprende (aprende), e nem pode ensinar, literatura. Isso significa, antes de mais, que é necessário o conhecimento e o domínio da norma própria, sem o que a alheia não será devidamente apreciada. A quantas andamos, sob esse ponto de vista, no Brasil... com certeza todo professor sabe.

Não é supérfluo insistir na necessidade de o professor de literatura preocupar-se com a língua e, em sua prática docente, considerar essa questão como algo seu. Sem isso, seu ensino não passará do de História Literária; e História Literária de oitiva, porque ficará, por deficiência lingüística, ao largo dos textos.

Cabe insistir: “literatura” significa aqui a criação literária, sendo o termo utilizado, portanto, num sentido diverso daquele que Houaiss lhe atribui nas obras citadas: “literatura” na acepção de “todo o escrito”. Mas todo o escrito, para além do literário, também está em causa aqui, porque todo o escrito é fundamental na caracterização e no conhecimento de uma “língua de cultura”. O escrito literário é uma modalidade desse todo (o emprego de “literatura” aqui é, pois, mais restrito). Porém é precisamente por ser modalidade específica do escrito que o literário se reveste de importância própria.

Todo o escrito está em questão aqui, portanto; e, sendo a literatura, ao mesmo tempo, língua e realidade, essa presença se dá em função do conhecimento das literaturas vernáculas. Os professores de literaturas portuguesa e luso-africanas bem sabem o quanto seu ensino sofre em função da carência de circulação de “todo o escrito”. Mas, embora os professores de literatura brasileira talvez não o sintam, também o ensino-aprendizagem dessa literatura se ressentiu disso. Porque a perspectiva da unidade lusofônica é válida também para o ensino desses professores, se querem — e seria desejável que o quisessem — ir além do simples ensino-aprendizagem da literatura brasileira como literatura nacional. A perspectiva da lusofonia, com efeito, situa corretamente a questão das literaturas nacionais em geral. As quais, em vez de se instalarem no jacobinismo (agora, literário), ver-se-ão, nessa perspectiva, como elementos de um todo, ainda que expressem variantes culturais e lingüísticas específicas.

Ademais, como é óbvio, a fortuna das literaturas vernáculas depende da sorte da língua portuguesa.

O fato de a literatura portuguesa (mas por via de tradução) ser hoje, no âmbito europeu, das mais prestigiosas não modifica a dura verdade que Celso Cunha, na epígrafe acima, enuncia: permanecendo na língua original, não transposta a “barreira lingüística”, as literaturas vernáculas não conseguem se fazer ouvir, fora de seu âmbito. (Com isso, permanecem mudas também as culturas que expressam.) Conseguirão se fazer ouvir em seu próprio âmbito? Segundo o que aqui se disse, a resposta a essa pergunta é o enunciado de uma verdade tão dura quanto a enunciada aqui antes, quer se considere o âmbito restrito de cada uma dessas literaturas, quer o, mais vasto, do terreno que lhes é comum.

Ao citar Meillet, Cunha aponta indiretamente a razão do emparedamento de nossas literaturas: a “flutuação” daquela que poderia pretender ao estatuto de uma “língua de civilização” (“de cultura”), porque efetivamente o é. É lastimável que não assuma esse estatuto, pois do destino da língua portuguesa no mundo depende o destino, no mundo, das culturas que nela se expressam, bem como — e acima se o afirmou — o das literaturas nela escritas. Não se poderia, aqui, chegar a outra conclusão.

É também na perspectiva da integração que vale a pena fazer alguns comentários sobre um setor das trocas lusofônicas: o das relações entre o Brasil e os novos países luso-africanos.

E cabe, antes de mais, estabelecer uma distinção. Um aspecto dessas relações são, obviamente, os laços histórico-culturais que unem nosso país e a África e cuja exploração dá acesso ao conhecimento de ambos, mas num sentido de bilateralidade, explicado pela formação histórica brasileira. Tudo o que se refira a esse campo é matéria do afro-brasileiro (ou brasílico-africano): a relativa a elementos culturais brasileiros que, remotamente de origem africana, constituem formações originais, resultantes de sincretismos e assimilação. Assim, trata-se de matéria relativa à cultura brasileira; e é como tal que interessa ao panorama da lusofonia e nele entra.

Outra coisa é a perspectiva que se poderia caracterizar como a da aproximação entre o luso-americano e o luso-africano — sempre no quadro da lusofonia — e a que correspondem as relações na atualidade entre o Brasil e os novos países africanos de língua oficial portuguesa.¹⁵ Essa perspectiva de relações importa, não em bilateralidade de razão histórica, nem em unilateralidade (as culturas africanas enquanto assimiladas, isto é, vistas em função da brasileira e a partir de suas resultantes históricas no Brasil) e, sim, em bilateralidade: dois “segmentos” da lusofonia

¹⁵ Como se sabe: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, independentes a partir de 1975 (um ano após a Revolução dos Cravos — o “25 de Abril” — em Portugal).

aproximados em pé de igualdade e como formações relativamente autônomas; sendo que um desses “segmentos”, o luso-africano, oferece-se à trama das relações lusofônicas não como um todo abstrato, sim, ao contrário, sob forma de cinco configurações originais e, hoje, politicamente soberanas.

A observação não é supérflua, porque — entre outras razões — a matéria afro-brasileira (mercê, talvez, dos movimentos negros) vem merecendo atenção. (E sendo objeto, às vezes, de iniciativas equivocadas).¹⁶ Quanto às relações entre a Luso-América e a Luso-África, contudo, para além de uma perspectiva histórica, quase tudo resta a fazer. A introdução de disciplinas de literaturas luso-africanas em currículos universitários brasileiros é um dos passos, ainda que muito tímido, na direção correta das relações lusofônicas. Desde que, porém, o texto não seja encarado como entidade estética abstrata e autônoma.

A priori — ou não tanto... —, parece possível afirmar-se que, a esse propósito, como a tantos outros, falta-nos uma política. Para o estabelecimento de uma política lusofônica, no caso restrito, seria indispensável o concurso e o empenho dos países luso-africanos. De fato, a própria literatura portuguesa está, já há bastante tempo, em progressiva retração, em nosso país. E tal retração tende a acentuar-se, no quadro da retração das relações Portugal-Brasil, à medida que Portugal aprofunda a sua “opção européia”. Adiante, volta-se a esse assunto.

Mas, tanto no caso de nossas relações com os países luso-africanos como no das relações com Portugal, a perspectiva da bilateralidade não é suficiente. Com efeito, sua inserção no panorama da lusofonia dar-lhe-á seu pleno sentido, que é o da multilateralidade.

Toda a razão cabe a Houaiss, ainda uma vez, quando caracteriza o estado de coisas na área lusofônica, embora se possa discordar dele no considerar “crise” o que — sendo embora um estado crítico — parece ser algo mais amplo do que uma crise.

¹⁶ É este um ponto delicado, devido à questão racial, sendo necessário, por isso, esclarecê-lo. Ao mencionar iniciativas às vezes equivocadas pensamos, por exemplo, no acontecido em Porto Alegre há algum tempo: a Câmara Municipal votou projeto de lei criando disciplinas relativas ao negro nas escolas municipais; o Prefeito vetou a matéria, sendo vetado, após, o seu veto. No entanto, a posição do Prefeito, a nosso ver, era correta: sendo a negra uma das componentes da cultura brasileira, seria necessário dedicar uma disciplina a cada uma delas (no Rio Grande do Sul, por exemplo, em vista das correntes imigratórias, seriam necessárias várias disciplinas). Por outro lado, a iniciativa da Câmara incide no erro, muito comum, de confundir disciplina e conteúdos de ementa: na verdade, todas as contribuições culturais em causa cabem, no nível do Ensino Fundamental pelo menos, na disciplina de Estudos Sociais, ou em disciplina afim. Episódios desse gênero revelam, também, o grau de penetração da concepção fragmentária do ensino (e, logo, do Conhecimento) que se introduziu no Brasil com a ditadura militar conseqüente ao golpe de 1964 e sua reforma do ensino, da qual, infelizmente, ainda somos, em todos os níveis, herdeiros. É revelador, por outro lado, que não se haja pensado em instituir uma disciplina de estudos sobre o índio... O restabelecimento da dignidade do negro no Brasil e a valorização de sua contribuição histórico-cultural dispensam medidas demagógicas, dependendo, sim, do combate a toda espécie de racismo e de discriminação e da superação das condições sócio-culturais marginalizadoras a que aludimos aqui.

Para o Autor, a “crise” da lusofonia não provém só, nem principalmente, do fato de a língua — pilar mestre da unidade de fato — poder-se considerar “propriedade privada, dos portugueses” (esse ponto de vista, como se viu antes, mais e mais se debilita); nem do fato de a “variedade brasileira” ser considerada “uma nova língua” (isso, como também se viu, já é hoje contestado); nem do fato de serem as “variedades africanas” desprezadas como “de negros” (poucos, nos dias atuais, ousariam sustentar ponto de vista tão preconceituoso; além disso, os países luso-africanos começam a assumir, a reconhecer e a estudar suas variantes e dialetos). Tal “crise” está, sim, no fato de a lusofonia “se reduzir, pelo analfabetismo ou hipalfabetismo ou subalfabetismo, pela miséria absoluta dos seus párias (aos milhões), a uma língua natural em inúmeros pontos do seu ecúmeno; por ser, como língua de cultura, pouco instrumentalizada nos seus componentes de mnemônica e mnemotécnica de cultura; por ser, como língua de cultura de ponta, tão pobre de recursos mnemotécnicos (sem os quais não sobreviverá nessa qualidade de língua de cultura de ponta — passando os seus, mesmo que poucos, criadores inovacionais nas ciências e nas artes, a se manifestarem na ‘outra’ língua — uma das de cultura de ponta)”. (HOUAISS, 1985, p. 146-147).

De fato, “tudo isso clama aos céus, como vocação suicida” (*id. ib.*) dos usuários da língua portuguesa. E assim da língua, como das culturas e das literaturas lusófonas.

E esse estado de coisas é resultado, não só da falta de políticas culturais internas, mas, também, da falta de consciência da unidade de fato e do desejo de, com base nessa, promover a unidade consciente.

Não faz muito, a integração latino-americana permanecia como preocupação de tão poucos — sobretudo no Brasil — que, ao que se podia supor, ficaria para sempre relegada aos intentos de alguns grandes solitários do passado; condição em que, em tempos futuros, se encontrariam também esses poucos visionários do presente. Hoje, contudo, ela volta à ordem do dia e toma alce. São tentativas de ordem econômica, sim; e, por isso mesmo, logo em seguida, política. Mas a integração cultural poderá decorrer dos caminhos assim abertos, caso os responsáveis por essa ordem de integração — responsáveis de qualquer forma e a qualquer nível — souberem se manter atentos e tomar iniciativas. Esboça-se, também, cá e lá, um movimento de integração cultural afro-latino-americana, a cujo âmbito se relaciona o afro-brasileiro, aqui mencionado. E, de fato, como acima se disse, a “africanidade”, para vários países latino-americanos, é uma faceta essencial da “latino-americanidade”.

Esse mesmo movimento, no caso do Brasil, se não restrito ao afro-brasileiro, poderá evoluir para uma perspectiva atual e lusofônica, pois — ao contrário nisto dos demais países latino-americanos — para o Brasil a

integração com a África é também uma questão lingüística; como tal, um capítulo da integração lusofônica.

E, se oficialmente se tenta a integração latino-americana, se extra-oficialmente se busca promover o afro-brasileiro, por que não a integração da lusofonia? Seremos menos luso-americanos do que indígena-americanos e do que afro-americanos? A língua em que nos expressamos e a base ibero-ocidental de nossas instituições — políticas, sociais e culturais — são, ao que parece, resposta clara e suficiente a tal pergunta.

Se assim é — como aqui se acredita firmemente que seja — essa integração depende também, indispensavelmente, de uma revisão das relações — tornadas meramente retóricas e, mesmo, fictícias — entre Portugal e Brasil.

Na verdade, as relações entre nosso país e Portugal passaram por várias fases, a partir da Colônia, acabando por esgotar-se numa retórica vazia: a fase da decantada “amizade luso-brasileira”, que já nada queria dizer e já nada levava a fazer, de parte a parte, se excluídas as vênias entre acadêmicos e os acordos ortográficos. Talvez, extra-oficial e esporadicamente, algumas relações intelectuais genuínas se mantivessem.¹⁷ Não se pode dizer, porém, que houvesse real circulação de bens culturais entre os dois países. Vale como exemplo o fato de os autores portugueses terem deixado de ser editados e lidos aqui.

O Brasil, que tinha crescido muito, nem mesmo olhava mais a antiga metrópole como o pai que ficou pequenino: a expressão “Portugal, meu avozinho” sintetiza o essencial dos sentimentos brasileiros a respeito do assunto. Ademais, nos anos 60, o Brasil tomou atitudes, em política externa, que desgostaram Portugal.¹⁸

Desde que esse país se voltou para a Europa e nela se integrou, no entanto, o Brasil lembrou-se de que ele existia. Então, sob a batuta da Comunidade Européia, Portugal tornou-se recalcitrante. Foi a vez de os brasileiros não gostarem. Afinal, o Brasil muito tinha dado aos portugueses e, por outro lado, nunca tinha deixado de acolhê-los.¹⁹

¹⁷ Era o caso de Erico Verissimo, como se sabe e como foi demonstrado por ocasião de exposição organizada pelo Acervo Erico Verissimo (a cargo da profª Drª Maria da Glória Bordini), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1992.

¹⁸ Referimo-nos em especial a posições brasileiras em matéria de política externa nos inícios da década de 60 de nosso século. A esse respeito, v. PEREIRA, Armando Gonçalves. *Da relação luso-brasileira*. (p. ex., p. 14 e ss). Lisboa, Ática, 1963. Desnecessário observar que a presente proposta de unidade lusofônica não se confunde com outras, anteriores, como a que a referida obra esboça e justifica, embora os termos às vezes pareçam coincidir, porque inspiração e bases divergem radicalmente.

¹⁹ Sobre a imigração portuguesa para o Brasil, v. SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, s.d. (Col. Horizonte, 12). Houve um momento histórico, porém, em que o Brasil descartou a imigração portuguesa, como toda imigração latina: por ocasião da importação de mão de obra estrangeira, no século XIX, durante o Segundo Império; isto é, por orientação oficial, buscou-se incentivar a imigração européia não-latina, já que os povos latinos — entre eles, os

Assim sendo, a integração lusofônica passa também por uma revisão dessas relações.

E não apenas passa por uma política global da língua (estritamente relacionada — insista-se — ao ensino): tem nela seu motor essencial. Celso Cunha é pertinente e claro:

o que desejamos é que, através do ensino, se resguarde a atual unidade superior da língua portuguesa, os traços essenciais que ainda permitem a compreensão entre os seus usuários. (CUNHA, 1970, p. 79)

Aí, tudo está dito.

BIBLIOGRAFIA

- ARMANDO, Maria Luiza de Carvalho. Apresentação. In: _____. (org.) *Península Ibérica: miscelânea* (Literatura e cultura). Ijuí, 1988. (Cadernos Ibéricos, n. 1).
- _____. *As literaturas africanas em língua portuguesa*. Ijuí, Núcleo Ibérico, Latino-Americano e Luso-Africano - Livr. Unijuí Edit., 1986. (Cadernos Luso-Africanos, n. 1).
- _____. Missão Angola, UNESCO, 1978: arquivos, incluindo notas de trabalho, material de alunos, documentos da Equipe de Português e relatório de fim de missão/consultoria.
- _____. A língua portuguesa na escola: pontos para reflexão e discussão. Universidade de Ijuí (FIDENE) e Escola de 1º Grau Francisco de Assis (FIDENE), 5ª Feira do Livro Infante-Juvenil, Paineis “A língua Portuguesa na escola”, Ijuí, 1986.
- _____. Aventuras e desventuras de um professor de “exóticas”. Comunicação apresentada ao XII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa - IV Congresso Internacional de Estudos Pessoaanos - Secção Brasileira, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, 1988.
- _____. O ensino da língua portuguesa como segunda língua em Angola - uma experiência de consultoria (UNESCO). Comunicação apresentada ao I Simpósio Internacional sobre Cultura Angolana, Porto, Portugal, 1989.
- _____. Unificar o quê?, In: Reforma ortográfica: simplifica e unifica o quê? (entrevista coletiva). JORNAL DA MANHÃ, Ijuí (Faltam as demais referências ao recorte).

portugueses — eram quase tão desvalorizados como mão de obra quanto o “zé da silva” nacional, que nunca se pensou em aproveitar na substituição da mão de obra escrava. Nesse momento, a única exceção foram os italianos, talvez porque considerados então um tanto austríacos...

- ____. Língua e cultura. CORREIO SERRANO, Ijuí, 1988 (Faltam as demais referências ao recorte).
- ____. e Subsetor de Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas do DECLAVE, Instituto de Letras, UFRGS, "Plano Subsetorial", 1991.
- ____. Nótulas de Coimbra I - Encontro de Professores de Língua e Literatura Portuguesas. Coimbra, 1970 (inédito).
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro - Instituto Nacional do Livro - Ministério de Educação e Cultura, 2. ed. atualiz., 1970. (Temas de Todo Tempo).
- ____. *Língua, nação e alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981. (Col. Logos).
- HOUAISS, Antônio. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1983. (Biblioteca Tempo Brasileiro, n. 73).
- ____. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro, Unibrade - Centro de Cultura - UNESCO, 1985. (Pequena Enciclopédia de Cultura Brasileira).
- ____. Uma herança de mais de 4.000 palavras. Jornal LEIA, Ano VII, n. 88, fev. 1986.
- PEREIRA, Armando Gonçalves. *Da relação luso-brasileira*. Lisboa, Ática, 1963.